

“Cada empresa deve fazer mapeamen

O papel do gestor de risco tem vindo a ser reforçado em Portugal, mas ainda há muitas empresas e organizações “que não se preocupam com a gestão dos riscos a que estão expostas”, afirma, em entrevista à “Vida Económica”, o presidente da Associação Portuguesa de Gestão de Riscos e Seguros (APOGERIS) e da Associação Ibero-Americana de Administradores de Riscos e Seguros (ALARYS). Jorge Luzzi salienta que cada empresa portuguesa “deveria fazer um mapeamento dos riscos a que está exposta”. APOGERIS e ALARYS realizaram, no Porto, a 13 e 14 de setembro, o primeiro encontro conjunto das duas organizações. Foi a primeira vez que a ALARYS escolheu a Europa para realizar o seu congresso anual. O evento reuniu mais de 100 especialistas em gestão de riscos de quatro continentes.

AGUILES PINTO
aquiles.pinto@vidaeconomica.pt



“A mitigação de riscos é fundamental, mas também varia de empresa para empresa, ou seja, deve ser ‘tailor made’”, explica Jorge Luzzi.

Vida Económica – Em que consiste a atividade de gestão de risco?

Jorge Luzzi – As empresas possuem riscos de todo tipo. Alguns são transferíveis para terceiros, nomeadamente através de seguros, outros não o são e necessitam de ser tratados minuciosamente para que o seu impacto não destrua a atividade empresarial. Entre os riscos transferíveis estão os relacionados com danos à propriedade e com lucros cessantes decorrentes desse tipo de sinistros, a responsabilidade civil, os acidentes de trabalho, etc. No entanto, há outros riscos que não são facilmente transferíveis em mercados tradicionais, como por exemplo a perda de imagem, a perda de qualidade de produto ou mesmo a perda de pessoal chave na empresa. Assim, podemos definir a gestão de riscos empresariais como a atividade que trata os riscos das empresas na sua totalidade, procurando soluções de transferência quando elas existam ou estabelecendo planos de contingência, quando não for o caso.

VE – Qual a importância do gestor de risco nas organizações?

JL – Nos principais mercados europeus e nos Estados Unidos o gestor de riscos tem uma importância vital, trabalhando em rela-

ção direta com o conselho de administração e o CEO. O seu papel passa pela coordenação do trabalho dos “risk owners”, as áreas da empresa que assumem riscos, que devem ser tratados para proteger a atividade e os investimentos dos acionistas. Em Portugal o papel do gestor de risco tem vindo a ser reforçado, mas infelizmente ainda há muitas empresas e organizações que não se preocupam com a gestão dos riscos a que estão expostas, o que cria uma situação de ameaça real à sua sustentabilidade.

VE – Quais os principais riscos a que as empresas estão expostas em Portugal?

JL – Os riscos das empresas dependem do seu tipo de atividade e recursos. Por exemplo, uma empresa na Califórnia ou no Japão terá de ter um tratamento muito profundo do risco de terremotos, enquanto uma empresa na Flórida ou nas Caraíbas estará mais preocupada com os riscos de furacões. No Brasil será mais importante o risco de “compliance” dos seus executivos, particularmente nas empresas que trabalham com o Estado. Também há empresas que devem preocupar-se seriamente para os riscos cambiais porque operam em mercados com muita volatilida-

de da moeda, etc. No caso português, cada empresa deveria fazer um mapeamento dos riscos a que está exposta (“risk mapping”) e, após esta fase de identificação, trabalhar no tratamento dos mesmos de forma a minimizar os seus impactos e, sempre que possível, avançando para a sua transferência através de seguros. Os riscos das empresas portuguesas em contexto interno vão desde os tradicionais, como o de incêndio e de acidente de trabalho, até aos riscos por envelhecimento da mão de obra, aumento da concorrência, estagnação do mercado, riscos de inovação tecnológica, entre outros. Mas o leque de ameaças inclui riscos muito variados, como as catástrofes naturais, com a consequência de interrupção de negócios, como aconteceu nos recentes incêndios florestais, mas também riscos na cadeia de abastecimento por falta de matérias-primas trazidas do exterior, que pode ser afetada pela instabilidade política global, etc.

VE – Estes riscos são muito diferentes dos de outros países europeus?

JL – Portugal integra a União Europeia, pelo que muitos riscos externos são comuns, como o impacto do “Brexit” e os efeitos cola-

terais da guerra económica entre os EUA e a China. No entanto, existem outros riscos que são muito mais problemáticos em Portugal, como a falta de equipamentos de proteção contra incêndios nas fábricas (“sprinklers”, hidrantes, treino do pessoal no uso destes equipamentos), além de uma mentalidade menos fatalista que por vezes impede que se tratem os riscos de forma rigorosa, como se faz por exemplo nos países germânicos. Por outro lado, em Portugal temos uma menor exposição a certos riscos, como por exemplo a rápida integração da imigração, que é maioritariamente lusófona. Adicionalmente, a segurança está entre as mais elevadas da Europa e do mundo, o que se apresenta como um fator positivo para as empresas e para as pessoas.

VE – E como compara com os da América Latina?

JL – A América Latina tem precisamente muitos problemas ao nível da segurança pessoal e das mercadorias e bens, que são riscos reduzidos em Portugal, tal como a instabilidade da moeda. Ou ainda como a corrupção que, embora possa eventualmente existir em Portugal, tem outro nível de gravidade na América Latina.

VE – Qual o valor do risco económico/perda potencial, nomeadamente em Portugal?

JL – É difícil estabelecer um impacto económico de gestão de riscos de forma global ou nacional, mas, em contrapartida, é absolutamente necessário fazê-lo de forma individual para cada empresa. Por exemplo, uma empresa que produz alimentos consegue definir de forma precisa o valor da fábrica, de forma a permitir a sua reconstrução, mas é muito mais difícil de calcular a perda de mercado e de lucros. Imaginemos que uma fábrica sofre um sinistro e que estava protegida através de seguros para a perda total dos seus ativos e, inclusive, para lucros cessantes. Os proprietários poderão receber o dinheiro para a reconstrução da fábrica, mas, entretanto, os concorrentes que não sofreram um sinistro poderão aproveitar a oportunidade para conquistar os clientes da empresa. Esta perda de mercado não será facilmente recuperável. Por isso, estabelecer valores de forma global não levará a um valor adequado: para algumas empresas, essas perdas poderão ser de 100 % da sua propriedade em danos materiais e para outras poderá ser a perda de atuação num mercado e o risco de perda de reputação. Seja como for, as perdas potenciais das empresas em Portugal e no mundo são gigantes e devem ser acauteladas. Um estudo recente apresentado pelo Lloyd’s e pela MDS revela que a perda económica potencial das economias a nível global ascende a cerca de 546,5 mil milhões de dólares por ano, tendo em conta os principais riscos a que as economias e países estão expostos. No caso de Lisboa, essa perda ronda os mil milhões de dólares.

VE – Quais as soluções de mitigação de riscos?

to dos riscos”

“Nos principais mercados europeus e nos Estados Unidos o gestor de riscos tem uma importância vital, trabalhando em relação direta com o conselho de administração e o CEO”

JL – A mitigação de riscos é fundamental, mas também varia de empresa para empresa, ou seja, deve ser “tailor made”. Os riscos são diferentes e mitigá-los implica identificá-los especificamente para essa empresa. Por exemplo, uma empresa que trabalha com matéria-prima recebida do Brasil tem que fazer planos de mitigação considerando que existe uma flutuação do preço da sua matéria-prima, a qual umas algumas vezes será a seu favor e outras contra. Já uma empresa que trabalha exclusivamente com o mercado interno terá outras preocupações. Seja como for, as empresas devem procurar sempre minimizar os riscos a que estão expostas e, sempre que possível, transferir os riscos sobranes para terceiros através de seguros. Só assim conseguem reforçar a sustentabilidade das suas empresas e dos seus negócios.

VE – Que importância teve a conferência do Porto para a ALARYS e a APOGERIS?

JL – A conferência do Porto foi muito importante para APOGERIS. Retomámos o ritmo que nos levou a ser uma das primeiras associações na Europa a tratar a problemática da gestão de riscos, como fizemos em 2005, quando organizámos a conferência da FERMA (Federação Europeia das Associações de Gestão de Risco). Não esqueçamos que durante este período passámos pela crise económica que afetou as estruturas internas de gestão de riscos das empresas e impediu que aqueles que se encontravam em processo de formação continuassem a trabalhar esse tema. Para a ALARYS, que inclui todos os

países de língua portuguesa e espanhola na região, representou um benchmark e um avanço significativo ao nível do conhecimento da gestão de riscos. Além disso, foi muito positivo ter no Porto personalidades do setor como o presidente da FERMA, o belga Jo Willaert, que é gestor de risco da AGFA, Franck Baron, presidente da PARIMA – Associação Pan-Asiática de Gestores de Risco e Seguros, o diretor de Risk Management da International SOS, a diretora de Education da RIMS dos Estados Unidos e Canadá e representantes de muitas organizações europeias, como Alessandro de Felice, Chief Risk Officer da Prysmian Itália, etc. No final do dia, contribuímos para o conhecimento no setor e para reforçar o papel do gestor de risco, que é cada vez mais essencial no mundo empresarial.

VE – Quais as conclusões da conferência?

JL – A grande conclusão é que a gestão de risco tem de estar na vanguarda da inovação, antecipando e acompanhando as principais tendências e acontecimentos relevantes para as organizações. E para que tal seja possível, temos de cooperar com os vários “stakeholders” e fomentar o conhecimento.

Em termos concretos, o mercado de seguradoras e brokers – representados na conferência pela Allianz, Mapfre, Generali, Tranquilidade, MDS e Brokerslink – mostrou muito interesse em colaborar com o desenvolvimento educativo dos gestores de risco dos seus clientes e do mercado em geral, uma vez que o tratamento do risco melhora a possibilidade de evitar sinistros e, como tal, melhora os resultados das seguradoras e também dos clientes. Por seu lado, as organizações regionais de gestão de riscos da Europa, América do Norte, América do Sul e Ásia-Pacífico mostraram um grande interesse em trabalhar juntas na identificação de riscos, bem como na formação de profissionais através de certificações aceites por todas estas associações. Na mesma linha, as associações espanholas IGREA e AGERS e Fundación INADE, da Galiza, demonstraram interesse na formação de novos profissionais em gestão de riscos. Ou seja, a formação é uma necessidade identificada por todos que necessita de ser endereçada para contarmos com um número crescente de profissionais especializados e capacitados.